



## **Percepções dos adolescentes portugueses do 3º Ciclo do Ensino Básico sobre as situações de indisciplina escolar na aula (Estudo de Caso)**

**Ernesto Candeias Martins**

Instituto Politécnico de Castelo Branco - IPCB

Doutor em Ciências da Educação

ernesto@ipcb.pt

**Resumo:** Procuramos contribuir para analisar as situações de indisciplina em contexto de sala de aula, pois a dimensão e contornos desse fenómeno são tão frequentes nas escolas, sendo uma preocupação para professores, pais e alunos e que determinam planos estratégicos de prevenção e combate. A pesquisa de metodologia quantitativa, realizada em 2023, teve como base o estudo de caso (8º ano escolaridade), ancorando-se na prevalência dos atos de indisciplina nos alunos portugueses (amostra por conveniência N=25) dum Agrupamento de Escola. Trata-se dum estudo cariz exploratório, transversal, descritivo, analítico e explicativo, norteado pelos seguintes objetivos: compreender conceitos “disciplina-indisciplina” e infrações às regras disciplinares impostas; analisar causas/fatores condicionantes da indisciplina escolar; conhecer as representações dos alunos sobre atos indisciplinados; conhecer medidas/estratégias promovidas pela escola como forma de prevenção; envolver mais os pais no conhecimento das regras disciplinares. As técnicas de recolha de dados assentaram: observação documental com análise de conteúdo (projeto educativo, dossiê de turma); observação participante (registos); inquérito por questionário aos alunos (itens) e tratamento estatístico; entrevista semiestruturada professores (N=2). Os resultados obtidos confirmaram que a indisciplina é uma prática corrente na aula, com percepções distintas pelos alunos em relação “graus de gravidade” dos seus comportamentos, que diferem da percepção dos professores.

**Palavras-chave:** Indisciplina escolar; Estatuto disciplinar do aluno; Ensino básico; Intervenção socioeducativa; Plano prevenção escolar.

### **Considerações prévias**

A indisciplina e violência escolar são fenómenos habituais nas escolas nos últimos tempos devido a várias causas que têm sido analisadas sob vários enfoques/perspetivas, no intuito de compreender a essência do mesmo e, principalmente estabelecer projetos com estratégias conducentes a uma inversão dessa tendência.

É verdade que a temática tem merecido grande preocupação por parte dos investigadores, sobretudo nas últimas três décadas. Estrela (2002) demonstrou que cerca de 30% dos alunos nas salas de aula são infratores, recorrendo à gestão das regras feita pelo

professor. João Amado (2000, 2001) remete-nos para a relação pedagógica com atos de indisciplina e o modo teórico-prático como se tem que construir a disciplina na escola. Por sua vez, Amado e Freire (2009) indicaram as diferenças entre as percepções de alunos e professores em relação aos comportamentos observados, destacando uma maior gravidade atribuída pelos professores a essas ocorrências. Nesse caso, não só é exigível Planos Estratégicos de Prevenção para combater atos/situações de indisciplina e violência, como também um maior envolvimento das famílias (Amado; Freire, 2002; Aires, 2010). É a partir do diálogo comunicacional e da consciencialização das normas/regras disciplinares pelos alunos que podemos atenuar essas situações problemáticas (Wecker; Albuquerque, 2022).

Se nos remetermos ao estudo realizado em 2016, pela Associação Nacional de Diretores de Agrupamento de Escolas Públicas, numa amostra de 38 Agrupamentos de Escolas e um total de 55 mil e 16 alunos, que deu uma visão geral da evolução do fenómeno indisciplina escolar (Pereira, 2016), mas confirmando o aumento das participações disciplinares naquelas escolas, principalmente com uma maioria de ocorrências (63,2%) no 3º ciclo Ensino Básico, comparado com o 2º ciclo (34,2%), totalizando ambos ciclos de ensino 97,4% de casos/ocorrências disciplinares, o que indicia que a intervenção nesses níveis de ensino é muito difícil pela atitude dos adolescentes perante a escola, que exige intervenção partilhada entre agentes/parceiros educativos da escola. Constatámos que há muitos Agrupamentos de Escolas que estabelecem planos, projetos e medidas e/ou procedimentos disciplinares, devido a esse aumento de casos disciplinares, os quais apresentam diferentes graus de gravidade (leves, graves e muito graves), conforme a qualificação prevista no Regulamento Interno das escolas (Teixeira, 2007). A maioria dos estudos pesquisados centra-se numa realidade e contexto específico do meio de inserção da escola na comunidade e proveniência dos alunos, que não permite perceber uma análise holística sobre este fenómeno (Siqueira, 2017). Assim, cada escola lida “como pode” com as situações que surgem no quotidiano, sabendo que há fatores (externos) que conduziram ao aumento da indisciplina (Tavares, 2018; Vaz, 2017).

É óbvio que a “disciplina” encontra-se regulamentada pelo Estatuto do Aluno e Ética escolar (Lei n. 51/2012 de 5/09; Capítulo III – Direitos e deveres dos alunos, secção II – Deveres dos alunos e Capítulo IV – Disciplina), que, conforme o seu preâmbulo estabelece os direitos e deveres dos alunos dos ensinos básico e secundário e ainda o compromisso dos pais/encarregados de educação e comunidade educativa na sua educação e formação. Assim, o problema do estudo ancora-se no propósito de saber quais as características e a prevalência das situações de indisciplina no 3º Ciclo Ensino Básico (turma 8º ano escolaridade) num

Agrupamento de Escola -QUIPA, da Covilhã, na região interior de Portugal. Os objetivos que o norteiam são seguintes: entendimento dos alunos sobre indisciplina, violência escolar e *bullying*; percepção e tipos de atos de indisciplina vista pelos alunos; conhecer fatores condicionantes na manifestação de indisciplina; determinar as estratégias aplicadas face às situações de indisciplina no QUIPA. Numa amostra de alunos N=25, selecionada por conveniência (disponibilidade dos sujeitos participarem no estudo), aplicando-lhe seguintes técnicas de recolha de dados: observação documental com análise de conteúdo; observação participante (registos); inquérito por questionário aos alunos (20 itens), tratado estatisticamente; entrevista semiestruturada aos professores (N=2). Estruturalmente dividimos a nossa análise em três pontos: Enquadramento teórico-conceitual à temática; a metodologia e técnicas de recolha de dados; análise e explicação dos dados. Os resultados obtidos verificaram que a indisciplina é uma prática corrente, com diferentes graus de gravidade, em todos os níveis de ensino, especialmente neste 3.º ciclo de Educação Básica.

### **1 Enquadramento teórico-conceitual à temática**

A partir da pesquisa bibliográfica sobre disciplina/indisciplina, constituímos o marco referencial com análises aos estudos realizados sobre representações dos alunos e professores sobre (atos) indisciplina no 2.º e 3.º Ciclo Ensino Básico (Aires, 2010; Carvalho, 2018; Correia, 2014; Gomes, 2020; Gonçalves, 2009; Maneta, 2009; Queiróz, 2019; Tavares, 2018; Teixeira, 2007; Valente, 2014), de violência versus indisciplina (Barros, 2010; Machado, 2022; Sebastião, 2010; Soares, 2017; Vaz, 2017) de conceções e comportamentos sobre indisciplina na sala de aula (Amado, 2001; Amado; Freire, 2009; Estrela, 2002; Ferrinho, 2012; Veiga, 1999), sobre implicações da indisciplina no desempenho e rendimento escolar (Carita; Fernandes, 2012; Pereira, 2016), e muitas outras pesquisas e fundamentações.

De facto, a escola estabelece regras/normas de convivência e de relação entre alunos e restantes elementos da comunidade educativa, de modo a cumprir o indicado no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei n. 51/2012, de 05/09), onde a disciplina prevê os deveres do aluno (art. 10º do capítulo IV e também referido no regulamento interno da escola), sendo que no art. 22º, n. 1 na Secção I – “Infração”, naquele normativo jurídico refere as situações “[...] perturbadores do funcionamento normal das atividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória”. Para Teresa Estrela (2002), o conceito indisciplina é

relativo a um tempo e espaço específicos e consiste na negação ou privação da disciplina, manifestando-se com a quebra das regras instituídas. É verdade que o conceito implica comportamento perturbador do aluno na sala de aula, por exemplo, fazer barulho, sair do lugar sem autorização, participar sem autorização, dizer palavrões, agredir ou insultar os colegas, discutir com o professor *etc.*, o que condiciona o desenvolvimento das atividades (Carita; Fernandes, 2012). Aqueles comportamentos se traduzem numa fuga à disciplina ou incumprimento de regras, as quais são imprescindíveis ao normal funcionamento da escola.

Sabemos que a disciplina escolar assegurada pelo regulamento da escola é crucial à normalidade, mas as infrações originam sanções que conduzem a algum sofrimento. Na perspetiva de Amado e Freire (2009) a existência de regras de conduta e o seu conhecimento pelos alunos facilitam a sua integração nos grupos, na organização escolar e a convivência social. É óbvio que o aluno deve obedecer ao professor e cumprir as regras de disciplina, mas a palavra obediência parece esquecida no vocabulário escolar e familiar, pelo que os jovens desconhecem o seu significado e a sua importância para a vida. De facto, o aluno deve respeitar os professores, colegas e outros funcionários, mas haverá que ensinar valores e ética de conduta, como respeito e responsabilidade, incluindo às famílias dos alunos (Sampaio, 2011). A indisciplina fica a dever-se a um desinvestimento por parte das famílias, à falta de perspetivas de futuro para os jovens, desinteresse pela escola, faltas de respeito *etc.*, sabendo que a escola faz pouco para envolver os pais (educação parental), para além de não estar interiorizado que os alunos não estão recetivos a aprender com professores a debitar informação, podendo aumentar os seus conhecimentos, a partir dos amigos e internet.

Reconhecemos, que todos devemos encontrar soluções que, em muitos casos, são mais coletivas e menos individuais, mais em colaboração e parceria que em intervenções isoladas (Ramirez, 2001). Exige-se mudar a forma de ensinar, pois os alunos já alteraram o seu modo de aprender em diferentes contextos (Lopes, 2009) e ainda se confirma que alunos atuais têm professores formados no século XX, com propostas teórico-práticas pouco refletidas para os novos contextos de aprender, já que a aprendizagem acontece quando há um vínculo afetivo-emocional entre quem ensina e quem aprende. Mas de que indisciplina falamos?

Nos casos menos graves, falamos de conversa disseminada entre os alunos, utilização de telemóveis, voltar para trás e conversar com os colegas, troca de papelinhos, comentários desajustados dos contextos da aula, palavrões entre pares, gritar, não realizar as tarefas propostas, *etc.* Nos casos mais graves, evidencia-se uma agitação geral que obstrui o funcionamento das aulas, agressão verbal e física e desrespeito geral pelas figuras que deviam

representar a autoridade na escola (Tavares, 2018; Teixeira, 2007). Lamentavelmente, o fenómeno tem-se alastrado de tal forma que muitas condutas desajustadas e desproporcionadas são assumidas, em muitos casos, como normalidade e muitos incidentes nem são comunicados (registados), seja por causa da capacidade do professor para lidar com essas situações, seja pela sua comunicação resultar em sanções pouco eficazes (ou ineficazes), o que implica incentivos à reincidência, como a não aplicação de medidas de suspensão, as quais são usadas em casos extremos. Há pois um certo laxismo, em termos disciplinares, e uma indefinição de regras de convivência escolar/social, que faz o aluno incorporar a ideia, sabendo que incumprir ou desobedece, nada lhe acontece. Assim, ao aluno permite-se, com alguma tolerância ou impunidade, diversas formas verbais e até físicas e psicológicas aos professores e/ou aos colegas, sem que na prática funcionem os mecanismos de arbitragem teoricamente existentes no Estatuto de Disciplina e no Regulamento Interno da Escola (Portugal, 2012).

Questionamo-nos muitas vezes se indisciplina não está relacionada com a sua própria definição, que é complexa no seu significado e relaciona-se com outros termos. A indisciplina é inevitável e apenas podemos travar a sua dimensão. Convém clarificar que violência e indisciplina não são termos sinónimos. De acordo com Sebastião (2010), a indisciplina considera-se menos grave e associada a situações, como estar irrequieto nas aulas, falar com os colegas ou desafiar o professor nas regras instituídas. Contudo, esses comportamentos não têm as mesmas conotações entre os professores que adotam atitudes diferentes perante o mesmo ato, dificultando a perceção do que é ou não indisciplina por parte dos alunos. Barros (2010) vem reforçar essa ideia, referindo que nem todos valorizam de igual modo diferentes formas de atuação, valores, regras e normas. Igualmente Sampaio (2011) alerta para a falta de homogeneidade das regras escolares, que são diferentes entre as escolas e os professores. Os efeitos desses atos provocam no professor desgaste, estresse, insatisfação, impotência, fadiga, angústia, ansiedade, baixa autoestima, chegando mesmo a atingir exaustão e medo.

Para os alunos, a indisciplina abrange não só o espaço da sala de aula, mas o espaço escolar em geral. Nesse sentido, indisciplina é, por exemplo, “gozar” do professor e colega(s), mas também é “dizer palavrões” no diálogo regular, no espaço escolar e fora dele e “faltar às aulas” (Sebastião, 2010). Uma das principais causas do surgimento de comportamentos indisciplinados, indicados pelos alunos, é o das aulas não serem interessantes/motivadoras. Amado explica que as aulas sem interesse são as que, segundo os alunos, “[...] não há nada para fazer, em que o professor nunca sai da matéria ou está a ser desinteressante” (Amado,

2001, p. 226). Inevitavelmente, isso remete-nos para a necessidade do professor preparar as aulas com recurso a incentivos e à participação ativa dos alunos, evitando o método expositivo e o tempo letivo excessivo que gasta, permitindo aos alunos o recurso a “escapatórias”, para ocupar esse mesmo tempo e para que este pareça que acaba mais depressa. Amado e Freire (2009) distinguiram as representações/percepções dos alunos e dos professores relativamente aos comportamentos indisciplinados observados, destacando nas ocorrências registada pelos professores, que trespassam o espaço de aula, com implicação no desempenho e rendimento escolar e comportamento dos infratores/incumpridores.

Evidentemente que o professor deve compreender o meio no qual seu aluno provém e está inserido para conhecer os comportamentos que os alunos geram na escola e não apenas julgá-los e castigá-los. Exige-se uma atenção especial na distinção e origem de tais comportamentos e o porquê das suas causas e a forma como se apresentam (graus de gravidade). É óbvio que a indisciplina constitui um dos fatores que se gera também pelo desgaste de rotina do professor, originando atos indisciplinados que comprometem o seu estado emocional, acompanhado de sentimentos de frustração, de tensão, desânimo e baixa autoestima (Aires, 2010). Amado (2001, p. 9) indica três níveis de caracterização da indisciplina: 1.º nível, inclui incumprimento ou desvios às regras/normas com ocorrências de caráter prejudicial ao bom funcionamento da sala de aula, incluindo nele o barulho ou situações de ruído de fundo, a realização de tarefas diferentes daquilo que é pedido, a ausência de resposta quando o professor questiona o aluno; 2.º nível inclui conflitos interpares que integra o as zangas e desentendimento entre os alunos, comportamentos de agressividade e de violência; 3.º nível inclui conflitos na relação pedagógica “professor-aluno” e todos os comportamentos opostos à autoridade e ao estatuto do professor (Amado; Freire, 2002). Há outra relação na origem da “indisciplina escolar” relacionada com o contexto das relações pedagógicas (professor-alunos e aluno-aluno) estabelecidas na sala de aula, que produz representações de situações de indisciplina, muito devido à contestação à autoridade do professor, às suas exigências pedagógicas, ao estilo e ritmo de ensinar, aos valores que pretende impor, entre outros aspetos, não aceites pelos alunos, porque não houve um diálogo interativo prévio (Barros, 2010; Ferrinho, 2012).

Na verdade, muitos professores entendem a indisciplina como uma chamada de atenção do aluno sobre si. No entanto, qualquer interação na sala de aula afeta e é afetada pelo funcionamento da turma, enquanto grupo heterogéneo (Lopes, 2009). O professor deverá estar atento à especificidade da turma, à sua estrutura e cultura, garantindo o seu progresso e desenvolvimento positivos, pois mesmo os professores mais experientes confirmam que

adquirir o domínio da sala de aula é um dos principais objetivos, mas ainda assim existem sempre alunos que se desmarcam desse objetivo. Contudo, há dificuldades e limitações do papel do professor e da escola nas formas de intervenção. É unânime reconhecermos que a indisciplina é um grave problema, como algo angustiante e frustrante e como um obstáculo à relação pedagógica e à aprendizagem (Maneta, 2009; Siqueira, 2017). Nos docentes mais novos, surge muitas vezes a crença da sua impotência na resolução dos problemas.

De um modo geral, os professores sentem que têm vindo a perder autoridade e desculpabilizam-se acusando o sistema educativo, o Ministério da Educação e a situação socioeconómica das famílias, as suas crenças e os seus valores mesmo, por vezes, com pouca informação sobre estas últimas. Muitos vêm a indisciplina como mero desrespeito pelo professor, como um ataque pessoal e um ato de sabotagem das aulas (Vaz, 2017). Outros consideram que é devida à personalidade dos alunos, o que os desresponsabiliza e não promovem modificações no seu comportamento (Queiróz, 2019). No entanto, é uma ideia comum que a indisciplina é um fenómeno de difícil solução, que pode ser atenuado através de Planos Estratégicos de Prevenção, com intervenção de profissionais de várias áreas. Evidentemente que os professores consideram que a indisciplina pode acontecer normalmente, mas com graus de frequência e intensidade diferentes, devendo os alunos serem responsabilizados pelos seus atos (Correia, 2014; Gomes, 2020). Entre os docentes, existe o conceito de que as sanções, embora necessárias, não resolvem o problema, apenas conduzem a alguma acalmia a curto prazo, mas não permitem uma alteração a longo prazo.

Para Amado e Freire (2009), o professor deve apresentar-se perante os alunos calmo e seguro, flexível, mas coerente, e procurar evidenciar o que o aluno tem de positivo, antes de aplicar uma repreensão. O professor precisa conhecer o aluno, conhecê-lo na sua história, no que para ele é significativo. O aluno deve sentir que o professor o estima, embora não possa aceitar o seu mau comportamento na sala de aula. Nesse sentido, o professor deve falar particularmente com ele, permitir-lhe apresentar os seus pontos de vista e fazer-lhe sentir que tem vontade de o ajudar. Barros (2010) refere que, apesar dos condicionalismos a que estão submetidas as escolas, elas têm a sua quota de responsabilidade no comportamento dos alunos e, por isso, deve-se valorizar a existência dum clima e cultura, onde haja partilha nos modos de pensar e atuar na relação pedagógica, de modo a terem melhores resultados e uma maior adesão às normas, pois segundo Estrela “[...] numa escola disciplinada há a convergência de um certo número de variáveis organizacionais ligadas à gestão da escola e a um clima colaborativo que envolve todos os professores e pais no reforço de regras claras” (Estrela, 2002, p. 55).

De facto, as escolas que conseguem melhor controle são as que têm uma liderança forte, atenta às necessidades, gerando uma cultura de motivação partilhada por todos e possuindo um projeto educativo realista elaborado a partir do contributo de todos para fomentar os valores de respeito, civismo, cooperação e solidariedade. A gestão e funcionamento das escolas influencia os resultados e a manutenção da disciplina, pelo que é fundamental que se reflita sobre as suas práticas (Carita; Fernandes, 2012; Soares; Farias, 2018).

## **2 Metodologia empírica: design, técnicas e procedimentos**

A pesquisa, realizada em 2023, apresenta-se como exploratório, transversal, descritivo, analítico e explicativo (Fortin, 2000), assumindo a modalidade de estudo de caso situacional (contexto sala de aula), em alunos do 8.º ano de escolaridade (3º Ciclo do Ensino Básico), num Agrupamento de Escolas – QUIPA, na cidade portuguesa do interior - Covilhã. Trata-se de um *design* quantitativo, que explica as dimensões que o fenómeno da indisciplina que contribui para conhecer e analisar as situações/atos indisciplinares. A amostra composta de N=25 alunos foi selecionada pelo método de conveniência entre alunos de 2 turmas do 8º ano de escolaridade (3.º Ciclo de Educação Básica) da QUIPA disponíveis a participar no estudo, sendo M=12 (48%) e F= 13 (52%), com idades entre os 13 e 15 anos (Média= 13,88 anos), residentes maioritariamente naquela cidade (60%) e os restantes de povoações dos arredores. As técnicas de investigação utilizadas foram: observação documental (dossiê de turma, Projeto Educativo da Escola, processos disciplinares); observação participativa (registo em notas de campo); inquérito por questionário aos alunos; entrevista semiestruturada para recolher informações dos professores de turma com análise de conteúdo. A pesquisa foi autorizada, no âmbito do Protocolo existente entre a instituição de ensino superior e o Agrupamento de Escolas, tendo-se cumprido os requisitos e os procedimentos legais e éticos, com conhecimento ao Comité Ético e dado conhecimento às famílias dos alunos através do diretor de turma.

## **3 Análise e tratamento dos dados**

Da análise dos registos de notas de campo efetuada e da análise de conteúdo aos documentos orientadores do Agrupamento (processo categorial), sobre o qual incide este estudo, constatámos que a indisciplina se encontra referenciada em dois deles: Regulamento Interno e no Projeto Educativo de Escola (triénio 2020-23). Sabemos que a escola forma para

os valores da disciplina, para o respeito e tolerância, havendo essa intenção no Relatório de Autoavaliação da Escola, no Plano de Ação Estratégica de 2022-23 (evidencia ações a serem tomadas para resolução de problemas na instituição) e Plano Curricular de 2020-23 (orientações seguidas pela instituição em matérias de desenvolvimento curricular, avaliação e gestão pedagógica). Os responsáveis da gestão escolar informam a família das situações do aluno (uso da plataforma), levantamento das situações de indisciplina, reflexão das soluções ou medidas adotadas para solucionar esses problemas e respectivos resultados. Também foi analisada alguma legislação, nomeadamente, o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básicos e Secundários.

No inquérito por questionário, para além das variáveis de identificação (idade, sexo, residência) os seus dados foram tratados estatisticamente (programa SPSS para o Windows, versão 20.0). À questão do que entendiam por “indisciplina”, 64% dos inquiridos designaram-na como “violência física”, 20% por “ato de incumprimento de regras/normas” e 16% por “Agressão”, tendo 30% dos alunos manifestado que durante o seu percurso escolar tiveram atos de indisciplina e até de violência e/ou *bullying* continuando (10%). No item sobre tipologia de “Atos de indisciplina”, 60% dos alunos responderam as seguintes situações, por ordem de maior frequência: “Empurrar de propósito o colega” (40%); “Dizer coisas sobre ti” (23%); “Meterem-se contigo” (18%); “Excluírem-te do grupo” (14%); “Outras formas de mau trato” (8%). No item relativo aos “Meios utilizados pelos colegas agressores” na intimidação das vítimas, as respostas variam desde: “Ato verbal e/ou físico” (60%); “Mensagens anónimas por telemóvel” (32%); “Criar contas falsas no *Facebook*, *Twitter* e outras formas” (8%) nas redes sociais. Segundo os inquiridos, os colegas agressores na intimidação usam o ato verbal ou físico, muito induzidos pelos *mass media* e videojogos. De facto, 90% dos alunos manifestam que deveria denunciar os agressores (Item 4) e os “vitimados” (Item 5), partilhando essas situações com pais (60%), irmãos (16%), outros familiares (12%), professores (8%) e amigos (4%).

**Percepções dos adolescentes portugueses do 3º Ciclo  
do Ensino Básico sobre as situações de indisciplina escolar na aula (Estudo de Caso)**

Tabela 1 – Opinião dos alunos sobre o grau de gravidade de seus comportamentos

Itens	Nada Grave	Pouco Grave	Grave	Muito Grave
1 - Faltar às aulas sem razão	1	4	10	10
2 - Chegar atrasado à aula	3	19	3	0
3 - Entrar na aula sem pedir autorização	1	8	14	2
4 - Entrar aos empurrões aos/as colegas	1	2	4	18
5 - Sair da aula sem pedir autorização	1	0	6	18
6 - Permanecer fora do lugar	1	5	17	2
7 - Ter uma postura incorreta/ não saber estar sentado	2	9	12	2
8 – Passar o tempo virado para trás, a falar com os/as colegas	1	8	9	7
9 - Intervir fora da vez	1	18	6	0
10 - Estar desatento	2	8	11	4
11 - Fazer barulho	2	2	18	3
12 - Dormir	6	3	5	11
13 - Jogar jogos	2	1	11	11
14 - Comer na aula	1	4	12	8
15 - Beber na aula	16	6	2	1
16 - Mascar pastilha elástica	11	9	5	0
17 - Usar boné	10	10	4	1
18 – Rir ou fazer ris em situações em que se pretende o silêncio	4	7	11	3
19 – Atirar papéis ou pedaços de borracha	1	4	12	8
20 - Usar o telemóvel sem permissão	1	4	8	12
21 - Ouvir música, com ou sem auriculares sem autorização do professor	1	5	8	11
22 - Realizar tarefas sem o conhecimento e consentimento do professor	8	10	7	0
23 – Falhar repetidamente a entrega dos trabalhos	1	5	11	8
24 – Destruir/estragar material escolar	1	3	8	13
25 – Não trazer ou não tirar o material necessário para a aula	1	8	11	5
26 - Recusar-se a obedecer às instruções do professor	1	3	8	13
27 - Agredir verbalmente colegas ou professores	2	1	6	16
28 - Agredir fisicamente colegas ou professores	3	0	0	22
29 - Responder ao/à professor/a com arrogância	2	1	9	13
30 - Levantar a voz para o/a professor/a	3	0	10	12
31 - Mandar calar o/a professor quando ele/a chama a atenção	3	0	7	15
32 - Bater com a porta quando o a professor/a manda sair	3	0	13	9

Em relação ao itens da variável “Indisciplina na Escola”, o item 1 – ‘Participações escritas por mau comportamento’ (Sim-Não) 12 alunos responderam “Sim” e 13 alunos responderam “Não”. Sobre o “item 2/3 – Suspensão – duração” (Sim-Não) 20 alunos

responderam “Não” e cinco alunos responderam “Sim”, sendo a sua duração de um dia. No “item 4 – Pais chamados à escola por causa do comportamento do aluno” (Sim-Não), 14 alunos disseram “Sim” e 11 responderam “Não”. O “item 5 – Como lidam os pais com os comportamentos indisciplinados dos filhos” tinha como opção resposta: “ralham; castigam; batem; explicam; não fazem nada”, o método mais usado pelos pais perante comportamentos indisciplinados, são “castigos” (=10 alunos) e “ralhar” (=10 alunos), ou “explicam” (=5 alunos). Em relação ao “item 6 – Perceção dos Alunos sobre o grau de gravidade de certos comportamentos”, a Tabela 1 refere as percentagens das respostas, destacando-se que o “chegar atrasado às aulas”, “beber água na aula”, “mascar pastilhas elásticas”, “levar boné” e “realizar tarefas na aula sem consentimento do professor” são considerados faltas disciplinares “nada grave” ou “pouco grave” na suas percepções. Há certas percentagens de itens como “dormir na aula” (=6 alunos) e de três a quatro alunos (estão tipificados como indisciplinados segundo o seu historial de participações e ocorrências) consecutivamente a referirem “rir na aula”, “agredir colegas e/ou professor”, “levantar a voz ao professor”, “mandar calar o professor” ou “bater com a porta ao sair da aula” considerado “nada grave”.

Em relação ao “item - conhecimento de casos de indisciplina, violência ou *bullying*”, os alunos responderam: 44% “poucos casos de violência”; 44% “desconhecem” e só 12% sabem de “alguns casos”. Tendo a variável sexo diferenciadora M=12 manifestaram conhecer “poucos casos de vítimas” (41,7%) e “alguns casos” (25%), enquanto F=13 indicaram “poucos casos” (46%), o que se depreende que desconhecem o que é violência escolar e/ou *bullying*. Deduzimos que o sexo masculino tem mais conhecimentos de indisciplina e violência, pois grande parte dessas situações surgem dos rapazes e, no geral, a maioria não conhece nenhum caso ou, se conhece, são poucos os casos. Só três rapazes assumiram que foram agressores com os seus colegas, refletindo uma consciência que o ato prejudica as relações e a convivência escolar.

Em relação à variável “medidas para melhorar a disciplina na escola”, no “item – conhecimento sobre o regulamento interno” (Sim-Não), 19 alunos responderam que “sim” e seis alunos responderam “não”. Sobre o “item – conhecimento sobre o Estatuto do Aluno” (Sim-Não), 18 alunos responderam “sim” e sete alunos responderam “não”. No “item – principal causa de indisciplina na escola na opinião do aluno”, que tinha opções de resposta indicando 2, as mais escolhidas foram “desinteresse pela escola” (=16 alunos) e “aulas pouco interessantes” (=14 alunos), “problemas familiares” (=9 alunos), “castigos pouco severos para alunos indisciplinados” (=7 alunos) ou “pouco respeito entre pares” (=3 alunos) e “pouca

compreensão do professor (=3 alunos). No “item – o aluno considera as medidas disciplinares adotadas pela escola as mais adequadas” (Sim-Não), 17 alunos responderam que “não” consideram, sete alunos consideram “sim” as medidas adequadas e um aluno não respondeu à questão. No “item – que medidas o aluno sugere para resolver o problema da indisciplina”, segundo as opções indicadas (escolha de duas) as respostas foram diversificadas desde “dialogar mais com os alunos” (=10 alunos), “tornar o espaço escolar mais agradável” (=8 alunos), “envolver os alunos em projetos” (=8 alunos), “diversificar o tipo de aulas-atrativas” (=8 alunos), “acompanhamento individualizado com alunos com dificuldades em aprender” (=6 alunos), “manter informados os pais dos seus comportamentos” (=6 alunos), “melhor relação entre pares?” (4 alunos).

Merece uma análise especial o “item - realizas na aula outras atividades das que o professor propõe”, pois a percentagem de alunos que não realizam na aula outras atividades para além das propostas pelo professor foi 15% (3 alunos), implicando interrupções da aula que, por vezes, degeneram em conflitos entre professor e aluno. A maioria dos alunos (60%) não considera tal ato como de indisciplina. No item –“distráis-te com os teus colegas”, 80% dos alunos assumem que se distraem muito nas aulas, com maior ou menor frequência, apesar de muitos deles terem a noção de que se trata de um ato de indisciplina (60%). No item – “provocas situações de riso nos colegas”, 60% dos alunos fazem rir os seus colegas, com alguma frequência, mas apenas 40% deles referem não o fazer, mas 60% dos inquiridos consideram que se trata de um ato de indisciplina. No item – “falas com os colegas sobre temas fora do contexto da aula”, 50% têm como prática recorrente as conversas fora de contexto na sala de aula, embora 40% reconheçam que não consideram esse ato como indisciplina. Em relação ao item – “levantas-te/deslocas-te sem autorização”, só 20% dos inquiridos se levantam do seu lugar com frequência e 60% não o considera como ato de indisciplina, mas 60% dos alunos respeitam o seu lugar na sala de aula, mesmo que por vezes o professor os mude de lugar.

Em relação ao item – “viras-te para trás ou para o lado frequentemente e sem motivo”, só 20% dos alunos não o praticam, contudo 60% consideram-no um ato indisciplina. Destaca-se que 40% desses alunos usam ou oscilam a cadeira de forma inadequada, mas 50% não consideram ser ato de desrespeito ou indisciplina. No Item –“usar palavrões na aula, na escola e no diálogo fora do espaço escolar”, 60% dos alunos não usam palavrões nessas circunstâncias e 80% consideraram “palavrões” como ato de indisciplina, apesar de alguns admitirem usar vocábulos próprios no diálogo com seus pares, assim como dizer insultos, ameaças e o gritar alto. Contudo, a maioria (80%) dos alunos considerarem faltas de indisciplina

o desrespeito pelos colegas. Os escores do item – “Não realizas os trabalhos de casa”, 50% são cumpridores, contudo 50% da amostra consideraram que não fazem os trabalhos é uma falta de disciplina. No Item – “Recusas-te obedecer às instruções do professor”, 80% dos alunos obedecem às instruções e regras, o que não coincide com a realidade observada, pois 40% recusam obedecer ao professor ou até não obedecer aos assistentes operacionais (40%).

Em relação à análise das entrevistas aos dois professores de turma, eles apresentaram uma opinião idêntica, que existem problemas e eles devem ser solucionados, tal como refere Pereira “As escolas encontram-se de tal forma embrenhadas em formalidades que não encontram tempo para responder eficazmente aquilo que deve ser a sua missão educativa, nem para atuar prontamente e com eficácia em matéria disciplinar” (Pereira, 2016, p. 19). Mencionaram um aumento da indisciplina na escola nos últimos anos, apesar das regras existentes, havendo desculpabilização dos pais aos seus educandos perante comportamentos indisciplinados, uma falta de respeito dos alunos perante o professor, constituindo um fenómeno relacionando com a adolescência e de fatores externos como ambiente e condições socioeconómicas da família (Gomes, 2020, p. 5). Ora a redução da indisciplina passa pela figura do docente e dos métodos que ele utiliza. Tal como refere Carvalho “É na família que se faz a aprendizagem de dimensões significativas da interação: contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais e relações afetivas” (Carvalho, 2018, p. 16), já que segundo Correia, “os comportamentos desviantes dos jovens são altamente influenciados pelo comportamento familiar” (Correia, 2014, p. 19). Assim, torna-se necessário que os pais conheçam melhor as normas/regras escolares para que, junto do educando, as transmitam e trabalhem, não diferenciando entre o comportamento aceitável na escola e em casa (Valente, 2014; Vaz, 2017).

Relativamente aos métodos de prevenção à indisciplina, os dois entrevistados consideram mais eficaz consciencializar os alunos a entenderem as regras, estabelecendo com os pais uma comunicação regular e aberta, criando com eles um suporte transversal e em rede que permita o acompanhamento dos casos de indisciplina. Contudo, referem algum incumprimento das regras estabelecidas em alguns casos, pois há professores que minimizam os atos de indisciplina e a punição por meio da suspensão e da expulsão da sala de aula. É realçar que os métodos de prevenção mencionados pelos entrevistados como adequados são iniciativas de diálogo junto do aluno, transmitindo-lhe as normas de conduta adequadas e fazer com que este as entenda e repense o seu comportamento (Wecker; Albuquerque, 2022) No que diz respeito ao Estatuto Disciplinar do Aluno, que pretende promover o mérito, assiduidade,

responsabilidade, disciplina, integração dos alunos na escola e comunidade educativa dando-lhe formação cívica e cumprir escolaridade obrigatória, sucesso escolar e aquisição de conhecimentos e capacidades, os entrevistados consideram que esse diploma não responde convenientemente ao problema da indisciplina, pois é preciso que “professores e pais” percebam a importância da disciplina no contexto escolar. Outro argumento dado pelos entrevistados é de que esse documento regula na base da punição, o que não aparenta ser a via mais apropriada para solucionar o problema (Soares; Farias, 2018; Teixeira, 2007; Veiga, 1999).

Por conseguinte, os resultados indicam uma maior consciência dos atos associados a indisciplina por parte dos alunos notando-se uma melhoria nesses resultados no 3º ciclo em relação a níveis de ensino anteriores, voltando a baixar no ensino secundário (Soares, 2017). Contudo, os dados não impedem os alunos de praticarem atos não puníveis o que se infere do diferencial percentual obtido, pois muitos dos comportamentos descritos nas opções em análise no questionário não são “indisciplináveis”. Por exemplo “Distrais-te com os colegas” é, para 78,5% dos alunos, um comportamento normal. Situação idêntica se verifica com muitos dos comportamentos indicados pelos alunos, cujas percepções e representações dos seus atos são não disciplináveis (Queiróz, 2019). Ora os estudos confirmam uma maior incidência de ocorrências no 2º ciclo (47,4%) face ao 3º ciclo (44%) (Pereira, 2016).

### **Algumas ideias (IN)Conclusivas**

De facto, tratando-se de um estudo exploratório, deduzimos dos resultados que os professores tentam reduzir os atos de indisciplina na sala de aula, tomando medidas para impor a disciplina, controlar as emoções dos alunos e orientá-los para uma educação para a convivência e formação da cidadania. Em termos globais, podemos dizer que maioritariamente os alunos não consideram atos de indisciplina muitos dos seus comportamentos na aula (distrair-se, falar e fazer rir os colegas, fazer outras atividades na aula, o modo de sentarem-se na cadeira e no tampo da mesa *etc.*). Na verdade, a indisciplina que alastra nas escolas está associada à mudança nas relações no seio familiar (aparecimento de famílias monoparentais), geralmente resultantes de situações de conflito, em que os filhos são os mais vulneráveis e no caso dos adolescentes, as expectativas e esperanças de ascensão são marcantes, devido à falta de expectativas ou frustrações. Veiga (1999) e Amado e Freire (2009) referem que certos casos de indisciplina podem dever-se à socialização que os alunos vivenciam em famílias desfavorecidas

e que detêm uma debilidade no domínio dos códigos que regem o espaço escolar, sendo revelador das dificuldades de integração, dificuldades de aprendizagem e incumprimento de regras na sala de aula. Por norma, a própria família não valoriza a escola, nem estimula os seus educandos para a aprendizagem e cumprimento de regras (Carvalho, 2018; Vaz, 2017).

A prevenção e intervenção do professor e da escola são insuficientes se não houver a colaboração da família e da comunidade educativa. A intervenção é um trabalho em equipe, de modo a criar-se um adequado clima de convivência e de prevenção em prol do cumprimento da disciplina estabelecida (Correia, 2014). Para gerir e promover a convivência na escola de forma operativa e coerente, incluindo projetos/programas, haverá que ter em conta prioridades, propósitos, princípios de convivência e relações e procedimentos, exigindo registos e análises dos casos (incidências por grau). Nesse sentido, deve-se categorizar esses atos indisciplinares surgidos no seio da escola, sejam eles físicos e verbais; faltas de respeito com colegas, professores e funcionários; resistência ou incumprimento ao trabalho escolar; incumprimento da disciplina; atrasos ou faltas às aulas; incomodar os colegas no ato de aprendizagem *etc.*

### Referências

AMADO, J. **A construção da disciplina na escola:** suportes teórico-práticos. Porto: ASA, 2000.

AMADO, J. **Interação pedagógica e indisciplina na aula.** Porto: ASA, 2001.

AMADO, J.; FREIRE, I. **Indisciplina e violência na escola:** compreender para prevenir. Porto: Edições ASA, 2002.

AMADO, J. ; FREIRE, I. **A(s) indisciplina(s) na escola:** compreender para prevenir. Coimbra: Almedina, 2009.

AIRES, L. **Disciplina na sala de aulas -** Um guia de boas práticas para professores do 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Lisboa: Edições Silabo, 2010.

BARROS, N. **Violência nas escolas:** bullying. Reflexões sobre indisciplina, violência e bullying escolar. Lisboa: Bertrand, 2010.

CARITA, A.; FERNANDES, G. **Indisciplina na sala de aula.** Lisboa: Presença, 2012

CARVALHO, E. M. D. C. Santiago de. **A indisciplina escolar:** estudo de caso numa turma de 8º ano. Trabalho de Projeto Final para obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social Escolar, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Castelo Branco, 2018.

CORREIA, J. M. F. **Causas da indisciplina escolar no 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico.** (Tese) Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Universidade da Madeira. Funchal, 2014.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula.** 4. ed. Porto: Porto Editora, 2002.

FERRINHO M. T.N. **Indisciplina na sala de aula: que realidade?** (Estudo exploratório). Tese (Mestrado em Ensino da Matemática -3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário) - Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa na Universidade Lusíada. Porto, 2012

FORTIN, M. **Fundamentos e etapas do processo de investigação.** Da conceção à realização. Loures: Lusodidacta, 2000

GOMES, Patrícia B. **A indisciplina em contexto escolar: percepções e representações de professores.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Administração, Regulação e Políticas Educativas da Universidade de Évora. Évora, 2020.

GONÇALVES, C. M. B. **A indisciplina em sala de aula: um estudo numa escola S/3.º ciclo.** (Tese) Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação, na especialização de Administração e Políticas Educativas) - Universidade de Aveiro. Aveiro, 2009.

LOPES, J. **Comportamento, aprendizagem e “ensinagem” na ordem e desordem na sala de aula.** Braga: Psiquilíbrios, 2009.

MANETA, Ália M. **A indisciplina numa escola dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2009.

PEREIRA, M. L. dos Anjos. **A indisciplina num Agrupamento de Escolas: Estudo de caso.** Tese (Mestrado em Gestão e Administração Escolar), Escola Superior de Educação e Comunicação - Universidade do Algarve. Faro, 2016.

PORTUGAL. **Estatuto do Aluno e Ética Escolar.** Lei n. 51/2012, de 5/setembro. Lisboa: ME/DGEB, 2012.

QUEIROZ, L. Marta da Conceição. **(IN)disciplina nos 2.º e 3.º Ciclos – Motivações, implicações e respostas.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do porto. Porto, 2019.

RAMIREZ, F. **Condutas agressivas na idade escolar.** Amadora: McGraw-Hill, 2001.

SAMPAIO, D. **Da família, da escola, e umas quantas coisas mais.** Alfragide: Caminho, 2011.

SEBASTIÃO, J. **Violência na escola, tendências, contextos, olhares.** Chamusca: Edições Cosmos, 2010.

SILVA, A. L. Nunes da; SANTOS, M. P. Miranda dos. A indisciplina no contexto escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 1960-1970, jul. 2023. Disponível em: DOI: [org/10.51891/rease.v9i7.10818](https://doi.org/10.51891/rease.v9i7.10818). Acesso em: 10 maio 2024.

SIQUEIRA, Mônica de Souza Carvalho. **Indisciplina escolar**: contribuições da família e da gestão escolar. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa, 2017.

SOARES, M. N. **Conflitualidade e violência na escola**: um diagnóstico concelhio e a avaliação do impacto de uma proposta de intervenção. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2017.

SOARES, R. R. B. S.; FARIAS, O. M. Reflexões sobre o discurso docente acerca da indisciplina e do mau desempenho escolar. **Entre palavras**, v. 8, n. 1, p. 93-118, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-11019>. Acesso em: 5 maio 2024.

TAVARES, C. H. R. M. **As representações de indisciplina em adolescentes do 3º Ciclo**. Tese (Mestrado em Psicologia, Especialidade em Psicologia Educacional) - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Lisboa, 2018.

TEIXEIRA, C. **Representações da indisciplina de professores do 3º Ciclo do Ensino Básico**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola Superior de Educação e Comunicação – Universidade do Algarve. Faro, 2007.

VALENTE, H. M. M.F. R. **A (in)disciplina na escola - a voz dos alunos**: um contributo para um estudo na Escola Secundária com 2.º e 3.º ciclos Professor Reynaldo dos Santos. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional) - Universidade Aberta. Lisboa, 2014

VAZ, C. M.R.P. **Principais percepções de alunos e professores sobre a educação, a indisciplina e a violência na escola** – Um estudo em duas escolas públicas da área de Lisboa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais na especialidade de Política Social) - Universidade de Lisboa. Lisboa, 2017.

VEIGA, F. H. **Indisciplina e violência na escola**: práticas comunicacionais para professores e pais. Lisboa: Globo, 1999.

WECKER, Ilário; ALBUQUERQUE, Alessandra Rocha de. Comportamentos indisciplinados em sala de aula: o que professores e estudantes pensam e fazem. **Dialogia**, n. 40, p. e19908, 2022. Disponível em: DOI: [10.5585/40.2022.19908](https://doi.org/10.5585/40.2022.19908). Acesso em: 10 maio 2024.

## Perceptions of Portuguese teenagers in the 3rd Cycle of Basic Education about situations of school indiscipline in class (Case Study)

**Abstract:** We seek to contribute to analyzing situations of indiscipline in the classroom context, the dimension and contours of which this phenomenon is so common in schools, being a concern for teachers, parents and students and who determine strategic prevention and combat plans. The quantitative methodology research, carried out in 2023, was based on a case study (8th year of schooling) based on the prevalence of acts of indiscipline in Portuguese students (convenience sample N=25) of a School Group. This is an exploratory, transversal, descriptive, analytical and explanatory study, guided by the following objectives: Understanding 'discipline-indiscipline' concepts and infractions of imposed disciplinary rules; Analyze causes/conditioning factors of school indiscipline; Understand students' representations of acts of school indiscipline; Know measures/strategies promoted by the school as a form of prevention; Involve parents more in understanding disciplinary rules. Data collection techniques were based on: documentary observation with content analysis (educational project, class dossier); participant observation (records); student questionnaire survey (items) and statistical treatment; semi-structured interview teachers (N=2). The results obtained confirmed that indiscipline is a common practice in the classroom, with different perceptions by students regarding the 'degrees of severity' of their behaviors, which differ from the teachers' perception.

**Keywords:** School indiscipline; Student disciplinary status; Basic education; Socio-educational intervention; School prevention plan.

## Percepciones de adolescentes portugueses del 3er Ciclo de Educación Básica sobre situaciones de indisciplina en clase (Estudio de caso)

**Resumen:** Buscamos contribuir al análisis de las situaciones de indisciplina en el contexto del aula, cuya dimensión y contornos es tan común en las escuelas, siendo una preocupación para docentes, padres y alumnos, que obliga a elaboración de planes estratégicos de prevención y combate. La investigación de metodología cuantitativa, realizada en 2023, se basó en un estudio de caso (8º año de escolaridad) basado en la prevalencia de actos de indisciplina en alumnos portugueses (muestra de conveniencia N=25) de un Centro escolar. Se trata de un estudio exploratorio, transversal, descriptivo, analítico y explicativo, orientado por los siguientes objetivos: Comprender los conceptos “disciplina-indisciplina” y las infracciones a normas disciplinarias impuestas; Analizar las causas y condicionantes de la indisciplina escolar; Comprender las representaciones de los estudiantes sobre actos de indisciplina; Conocer las medidas/estrategias promovidas por el colegio como forma de prevención; Involucrar más a los padres en la comprensión de las reglas disciplinarias. Las técnicas de recolección de datos se basaron en: observación documental con análisis de contenido (proyecto educativo, dossier de clase); observación participante (registros); encuesta (ítems) a los alumnos y tratamiento estadístico; entrevista semiestructurada a docentes (N=2). Los resultados obtenidos confirmaron que la indisciplina es una práctica común en el aula, existiendo diferentes percepciones por parte de los alumnos sobre los “grados de severidad” de sus conductas indisciplinadas, que difieren de la percepción de los docentes.

**Palabras clave:** Indisciplina escolar; Estado disciplinario del estudiante; Educación básica; Intervención socioeducativa; Plan de prevención escolar.

Recebido: 11 julho 2024

Aprovado: 29 agosto 2024